



53
uf

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

CNPJ: 04.122.069/0001-49

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
Nº 26/2025

Data e hora:

06 de agosto de 2025, 9:00 horas.

Local:

Sala de reunião do IMPAS, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 306, bairro Boa Esperança, Santa Luzia, MG.

Presentes:

Presidente do RPPS

Helenice de Freitas

Membros do CMP:

Aos 06 (seis) dias do mês de agosto de 2025, reuniram-se na sede os membros do CMP para a reunião ordinária. A pauta prevista para a reunião, encaminhada aos Conselheiros, é sobre discussão do Relatório Atuarial de Análises e Hipóteses entregue pela SPREV Assessoria e Consultoria, discussão acerca das normativas do Parcelamento referente ao mês de dezembro de 2024, dos recursos patronais e e do aporte em atraso, dentre outros assuntos gerais. Iniciou-se a reunião a partir da análise do relatório de hipóteses atuariais, onde foram debatidos a necessidade e importância do mesmo, sua apresentação e informações apresentadas. Os demais assuntos pautados e discutidos foram o resultado da reunião com o Prefeito, IMPAS e representantes dos servidores sobre CTC de 1991 a 1999, destinadas ao INSS, pelo Município de Santa Luzia e que o INSS não está liberando, sob a alegação de que o Estatuto do Servidor foi criado em 1991, consequentemente, a Previdência Municipal também foi criada, discutimos ainda que essa interpretação também foi apontada por membros da SPREV, através do Alex Alves, que se manifestou no Seminário em BH; Plano de Carreiras do IMPAS e Parcelamento de débitos relativos ao mês de dezembro de 2024. não depositados pelo ENTE da contribuição patronal. O Executivo Municipal se comprometeu a formalizar o INSS e Secretaria de Previdência sobre a recusa em fornecer a CTC desse período para os servidores, aprovação do Plano de Carreiras, que já tem um análise jurídica pela PGM, e fazer a lei do parcelamento. Outros assuntos discutidos como transcorreram os 2 últimos Processos Licitatórios de assessoria e consultoria contábil e Software, ambos tiveram a Empresa FAC como vencedora, sendo que de software ainda teremos a prova de conceito que se realizará na quinta feira dia 07/08/25, os precessos de licitação foram concorridos e as primeiras empresas classificadas não entregaram documentação comprobatória; auditoria do TCE/MG, está em fase de análise pelos auditores do



Tribunal de Contas sob a supervisão do auditor Diego Barbosa com a presença na equipe da Maria Júlia, Nilson, André e Fábio, a documentação solicitada já foi encaminhada conforme ofício nº 14. 880/ CAPPs/2025, discutimos sobre as perícias médicas de isenção imposto de renda e a dúvida de legitimidade do IMPAS em fazer essa isenção, foi realizada uma reunião com o Procurador da PGM, Dr William que fará um Parecer Jurídico para o caso, salientando que o IMPAS tem prerrogativa de fazer o processo de isenção como fonte pagadora conforme a legislação federal; situações das revisões de aposentadorias que não foram corrigidas em 2017, por ocasião de formalização junto às servidoras que foram aposentadas com paridade e comunicadas de que a situação era indevida e que estava sendo corrigida, porém não encaminharam para a contabilidade executar a correção na folha de pagamento. O PAD das servidoras em questão, foi concluído e o pagamento corrigido junto à Contabilidade. As servidoras irão judicializar. Sem mais para o momento, encerro esta ata que após lida será assinada pelos presentes.

Santa Luzia, 06 de agosto de 2025.

Adriana Paldeira
Guilherme dos Santos
Rosa
L. Raposo
Alguimar
W. G. M. M.
H. M.